

TERMO DE CONTRATO Nº 197 DRE JT DIAF 2025

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 6016.2025/0066257-9

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001 DRE JT 2025

CONTRATANTE: DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO JAÇANÃ/TREMOMBÉ

CONTRATADA: SEGOVIA SEGURANÇA PRIVADA LTDA

CNPJ Nº 48.762.608/0001-80

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA E SEGURANÇA PATRIMONIAL, DIUTURNAMENTE, DE FORMA CONTÍNUA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ACESSÓRIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO JAÇANÃ/TREMOMBÉ (DRE-JT).

VALOR MENSAL : R\$ 25.299,47 (VINTE E CINCO MIL DUZENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS)

VALOR TOTAL: R\$ 303.593,64 (TREZENTOS E TRÊS MIL QUINHENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E SESENTA E QUATRO CENTAVOS)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 16.12.12.122.3024.2.100.33903900.00.1.500.9001.0

NOTA DE EMPENHO:65009/2025

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e cinco, no Gabinete da Diretoria Regional de Educação de Jaçanã/Tremembé, situado na Av. Tucuruvi, 808 2º andar, São Paulo - SP, de um lado a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, neste ato representada pela Diretora Regional de Educação Jaçanã/Tremembé, Suélen Moutinho Sapucahy Lins, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro a empresa SEGOVIA SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 48.762.608/0001-80, com sede na Rua Joaquim de Moraes Filho, nº. 116 – no Bairro Jardim Independência, CEP: 12031-570, cidade Taubaté, estado SP, telefone: (12) 99103-0522, vencedora e adjudicatária da licitação supra, neste ato representado por seu representante legal ou procurador, conforme documento comprobatório, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato, objetivando contratação de empresa, para atender as necessidades da Diretoria Regional de Educação Jaçanã/Tremembé, de acordo com os termos do despacho em DOC SEI 125505171 e da proposta comercial inserida em DOC SEI 126062232 do processo nº 6016.2024/0152685-5 – Pregão nº 90001 DRE JT 2025 resolvem firmar o presente contrato, na conformidade das cláusulas que seguem.

1. DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância desarmada e segurança patrimonial, diuturnamente, de forma contínua, com fornecimento de materiais acessórios, para atender as necessidades da DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO JAÇANÃ/TREMOMBÉ (DRE-JT).

1.2. Serviço de vigilância/segurança patrimonial através de posto/dia de 12 (doze) horas, sendo 01 (um) período diurno presencial das 7h às 19 horas e 01 (um) período noturno presencial das 19h às 7 horas, de segunda-feira a domingo, incluindo coberturas em feriados, pontos facultativos e qualquer suspensão de expediente, cobrindo 24 horas diárias.

WELLINGTON
SAVIO DA
SILVA: 238298

Assinado de forma digital
por WELLINGTON SAVIO
DA SILVA: 238298
Dados: 2025.05.26
11:09:52 -03'00'

1.3. A especificação detalhada do objeto licitado está apresentada no **QUADRO A**, onde são apresentadas as metragens para as Unidades Administrativas da DRE JT (SEDE/CENTRO DE FORMAÇÃO/LOGÍSTICA) e endereços nos quais serão prestados os serviços.

2. ESPECIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA DRE JT – CENTRO DE FORMAÇÃO – CEFOR

2.1. Os serviços serão realizados na Unidade Administrativa Central da DRE JT, conforme **QUADRO A**;

UNIDADES DRE JT	ENDEREÇOS	TELEFONE
DRE JT - CENTRO FORMAÇÃO	RUA MARIQUINHA VIANA, 656 - ÁGUA FRIA	2949-0720

2.2. Os serviços serão distribuídos em 01 (um) lote, conforme quadro apresentado a seguir:

UNIDADE DRE JT	DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	FUNCIONAMENTO
DRE JT – CENTRO FORMAÇÃO - CEFOR	Serviço de vigilância/segurança patrimonial através de posto/dia de 12 (doze) horas, período diurno presencial das 7 às 19 horas e período noturno presencial das 19 às 7 horas, de segunda-feira a domingo, incluindo coberturas em feriados, pontos facultativos e qualquer suspensão de expediente, cobrindo 24 horas diárias.	07h às 22h

2.3. O início da prestação de serviços se dará de acordo com Ordem de Início de Serviços (OIS);

2.4. Vigilante é o profissional capacitado pelos cursos de formação, nos termos da Lei Federal nº 7.102/1983, alterada pelas Leis Federais nº 8.863/1994, nº 9.017/1995, nº 11.718/2008, nº 13.654/2018 e a Medida Provisória nº 2.184 - 23/2001, regulamentada pelos Decretos Federais nº 89.056/1983 e nº 1.592/1995, as Portarias DPF nº 891/1999, DPF nº 320/2004, DG/DPF nº 3.233/2012 e DG/DPF nº 3.258/2013, bem como o art. 193 da CLT, com a redação dada pela Lei Federal nº 12.740/2012, entre outros atos normativos. Os Vigilantes devem ser devidamente registrados no Departamento da Polícia Federal e colaboradores em empresas de segurança.

2.5. A prestação dos serviços de vigilância/segurança patrimonial desarmada para a CONTRATANTE envolve a alocação, pela CONTRATADA, de profissionais devidamente habilitados, com apresentação da Carteira Nacional de Vigilante, nos termos das Leis Federais nº 8.863/94 e nº 9.017/95, pela Medida Provisória nº 2.184/01 e pela Lei Federal nº 11.718/08;

3. CARACTERÍSTICAS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA NA UNIDADE ADMINISTRATIVA DRE JT – CENTRO DE FORMAÇÃO - CEFOR:

3.1. HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA

3.1.1. Os colaboradores que prestarão serviços de vigilância deverão cobrir as 24 (vinte e quatro) horas do dia, com dois turnos (diurno e noturno).

3.1.2. O colaborador responsável por cobrir turno diurno iniciará suas atividades às 07 horas e finalizará às 19 horas, enquanto o colaborador responsável pelo turno noturno iniciará às 19 horas com a conclusão das atividades às 07 horas.

3.1.3. A escala de distribuição dos colaboradores deverá estar permanentemente preenchida, ficando a **CONTRATADA** responsável pela imediata reposição de seus colaboradores na ocorrência de ausências de qualquer espécie, sendo vedada a dobra de turno.

3.1.4. O horário destinado para repouso e alimentação dos colaboradores deverá, a critério da **CONTRATADA**, ser prestado por coberturista ou pelo próprio funcionário, de modo que o posto não fique descoberto.

3.1.5. Havendo a prestação de serviços no período de intervalo para descanso e refeição, o mesmo deverá ser remunerado nos termos do artigo 71, § 4º da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). No caso de ser admitida alternativamente a aplicação do § 4º do supramencionado dispositivo legal, deverá esta opção ser expressamente comunicada aos Fiscais e Gestores do Contrato.

4. DO PRAZO CONTRATUAL

4.1. O período contratual relacionado a presente contratação será de 1 (hum) ano (12 meses), prorrogável por igual período, até o limite máximo da Lei, na forma da Lei 14.133/2021 - Artigos 105/106 e 107;

4.2. Anualmente, o contrato será reajustado, para fins de compensação dos efeitos inflacionários, seguindo as determinações do Decreto 62.100/2023 e alterações posteriores, conforme disposto no Art. 107 da Lei nº 14.133/21 e **ANEXO I** do Edital;

4.3. Fica a Administração responsável pelo ateste para o início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários para sua continuidade;

4.4. Do caráter contínuo da contratação:

4.4.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços e bens comuns cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado nos termos do Art. 14 da Instrução Normativa nº 05/ 2017.

4.4.2. A natureza do serviço é continuada, haja vista que são serviços necessários à Administração na execução das suas atribuições, que se interrompida pode comprometer a sua funcionalidade, cuja contratação deva se estender por mais de exercício financeiro, portanto são serviços caracterizados como permanentes, ininterruptos e essenciais à Administração, em que o prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por até em 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Por fim, o serviço a ser contratado classifica-se como atividade auxiliar, instrumental ou acessória que não constitui área de competência legal da Administração no cumprimento de sua missão institucional.

4.4.4. Deve-se considerar o conceito de vigilância patrimonial como a atividade-meio da Administração. Trata-se de um serviço contínuo exercido por empresa especializada e devidamente autorizada para tanto, dentro dos limites dos estabelecimentos, com a finalidade de garantir a integridade física das pessoas e do patrimônio, gerando um estado de ausência de risco.

4.4.5. Fica definido como unidade de medida para a contratação desses serviços o Posto/dia, tendo em vista a facilidade de administração/gerenciamento do contrato e a consequente padronização no âmbito do estado de São Paulo.

WELLINGTON
SAVIO DA
SILVA: 2382
QR

Assinado de forma
digital por
WELLINGTON SAVIO
DA SILVA: 238298
Dados: 2025.05.23

5. DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor total anual estimado da presente contratação é de R\$ 303.593,64 (trezentos e três mil quinhentos e noventa e três reais e sessenta e quatro centavos) para a prestação dos serviços supra mencionados.

5.1. Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**.

5.2. Para fazer frente às despesas do Contrato, foi emitida as notas de empenho nº 65009/2025, no valores de R\$ 180.469,55 (cento e oitenta mil quatrocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) onerando as dotações orçamentárias nº 16.12.12.122.3024.2.100.33903900.00.1.500.9001.0 do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.

5.3. A contratação será reajustada conforme disposto no Art. 135 da Lei nº 14.133/21 e Art. 116 do Decreto nº 62.100/23.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. São obrigações da **CONTRATADA**:

6.1.1. Executar regularmente o objeto deste contrato, respondendo perante a **CONTRATANTE** pela fiel e integral realização dos serviços contratados;

6.1.2. Garantir total qualidade dos serviços contratados;

6.1.3. Executar todos os serviços, objeto deste contrato, obedecendo as especificações e obrigações descritas no Termo de Referência, **ANEXO I** do Edital de Licitação, que precedeu este ajuste e faz parte integrante do presente instrumento;

6.1.4. Fornecer mão de obra necessária, devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados.

6.1.5. Arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos colaboradores, quando for o caso, que participem da execução do objeto contratual.

6.1.6. Enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os colaboradores que participam da execução contratual.

6.1.7. Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução dos serviços, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, quando for o caso, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar a **CONTRATANTE** a ocorrência de tais fatos.

6.1.8. Responder por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, fiscal, administrativa, civil e comercial, resultantes da prestação dos serviços;

6.1.9. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

6.1.10. Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus colaboradores e prepostos, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do prejuízo apurado;

6.1.11. Manter, durante o prazo de execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.1.12. A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do **CONTRATO**, no todo ou em

WELLINGTON
SAVIO DA
SILVA: 38298

Assinado de forma digital
por WELLINGTON SAVIO
DA SILVA 238298
Dados: 2025.05.23 14:23:04

parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. A **CONTRATANTE** se compromete a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência – **ANEXO I** do Edital, cabendo-lhe especialmente:

7.1.1. Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;

7.1.2. Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

7.1.3. Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à **CONTRATADA**, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;

7.1.4. Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou fiscais para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tange a mão de obra que o integra, acompanhando a sua presença, fornecimento dos materiais, manutenção, etc, realizando a supervisão das atividades desenvolvidas pela **CONTRATADA** e efetivando avaliação periódica.

7.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;

7.1.6. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;

7.1.7. Aplicar as penalidades previstas neste contrato e **ANEXO I**, em caso de descumprimento pela **CONTRATADA** de quaisquer cláusulas estabelecidas;

7.1.8. Exigir da **CONTRATADA**, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;

7.1.9. Indicar e formalizar o(s) responsável(is) pela fiscalização do contrato, a quem competirá o acompanhamento dos serviços, nos termos do Decreto Municipal nº 62.100/22;

7.1.10. Atestar a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal Fatura a ser apresentada pela **CONTRATADA**, para fins de pagamento.

7.1.11. Ordenar a imediata retirada do local, bem como substituição de colaborador da **CONTRATADA** que estiver sem crachá, que embarçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, bem assim a substituição de equipamentos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.

7.1.12. A fiscalização dos serviços pelo **CONTRATANTE** não exime, nem diminui a completa responsabilidade da **CONTRATADA**, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega da nota fiscal ou nota fiscal fatura, e após ateste por parte da **CONTRATANTE**, do regular cumprimento das obrigações assumidas, atendidas ainda as normas estabelecidas pela Portaria SF 170/2020, do Município de São Paulo, e alterações posteriores.

8.2. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da **CONTRATADA**, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

8.3. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s)

WELLINGTON
SAVIO DA
SILVA

Assinado de forma digital
por WELLINGTON SAVIO
DA SILVA: 238298
Dados: 2025.05.23 14:23:27

respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza do mês de competência, e demais documentos listados no **ANEXO I**, descontados eventuais débitos da **CONTRATADA**, inclusive os decorrentes de multas.

8.4. No caso de prestadores de serviços com sede ou domicílio fora do Município de São Paulo, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM - Cadastro de Empresas Fora do Município, da Secretaria Municipal de Finanças, nos termos dos artigos 9º A e 9º B da Lei Municipal nº 13.701/2003 e artigo nº 68 do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto nº 50.896/09.

8.5. Não sendo apresentado o cadastro mencionado no subitem anterior, o valor do ISSQN - incide sobre a prestação de serviços objeto do presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, consoante determina o artigo 9º A e seus parágrafos, 1º e 2º, da Lei Municipal nº 13.701/2003, acrescentados pela Lei Municipal nº 14.042/05, e na conformidade do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 50.896/09 e da Portaria SF nº 101/05, com as alterações da Portaria SF nº 118/05.

8.6. A **CONTRATADA** deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:

8.6.1. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – **F.G.T.S.**, fornecido pela Caixa Econômica Federal;

8.6.2. Certidão Negativa de Débitos relativa às **Contribuições Previdenciárias** e as de Terceiros – **CND** – ou outra equivalente na forma da lei;

8.6.3. Certidão negativa de débitos de **tributos mobiliários** do Município de São Paulo;

8.6.4. Certidão negativa de débitos trabalhistas (**CNDT**);

8.6.5. Relação atualizada dos empregados vinculados à execução contratual.

8.6.6. Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.

8.6.7. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

8.7. A não apresentação de certidões negativas de débitos, não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.

8.8. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010.

8.9. Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

9. DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO

9.1. O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/22, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e e demais normas complementares aplicáveis à espécie.

9.1.1. O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo nº 137 da Lei Federal nº 14.133/21.

9.2. A **CONTRATANTE** se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do percentual de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato, nos termos deste.

WELLINGTON
SAVIO DA
SILVA: [REDACTED] 38298

Assinado de forma digital
por WELLINGTON SAVIO
DA SILVA: [REDACTED] 38298
Dados: 2025.05.23
14:23:47 -03'00'

9.3. Dar-se-á a rescisão do contrato em qualquer dos motivos especificados na Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 62.100/22, independentemente da notificação ou interpelação judicial.

9.4. Em caso de rescisão administrativa na Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 62.100/22, ficam reconhecidos os direitos da Administração especificados no mesmo diploma legal.

9.5. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado independente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

9.6. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.7. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10. A EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

10.1. A execução dos serviços será feita conforme o Termo de Referência, **ANEXO I** do Edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.

10.2. A execução dos serviços, objeto deste contrato, deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela **CONTRATANTE**, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento.

10.2.1. A fiscalização será exercida de acordo com o Art. 119 e Art. 120 do Decreto Municipal nº 62.100/22.

10.3. O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140 na Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 62.100/22 e demais normas municipais pertinentes.

10.4. Havendo inexecução de contrato, o valor respectivo será descontado da importância devida à **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.

10.4.1. O recebimento e aceite do objeto pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA** por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no **ANEXO I**, verificadas posteriormente.

11. DAS PENALIDADES/SANÇÕES

11.1. Com fundamento nos artigos 155 e 156, incisos I a IV da Lei nº 14.133/21, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, observando-se os procedimentos contidos no Decreto Municipal nº 62.100/22, a **CONTRATADA** poderá ser apenada, com as seguintes penalidades:

11.1.1. advertência;

11.1.2. impedimento de licitar e contratar; ou;

11.1.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

11.1.4. impedimento de licitar e contratar com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e o descredenciamento nos sistemas de cadastramento de fornecedores.

11.2. Na aplicação das sanções serão considerados, a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública

WELLINGTON
SAVIO DA
SILVA: [REDACTED] 38298

Assinado de forma digital
por WELLINGTON SAVIO
DA SILVA: [REDACTED] 38298
Dados: 2025.05.23
14:24:13 -02'00'

e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgão de controle.

11.3. A falha na execução do contrato, para fins de aplicação do quanto previsto no subitem 11.1., estará configurada quando a **CONTRATADA** se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a Tabela 1 deste item, e alcançar o total de 100 (cem) pontos, cumulativamente.

TABELA 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

11.3.1. Os pontos serão computados a partir da aplicação da penalidade, com prazo de depuração de 12 (doze) meses.

11.4. Sendo a infração objeto de recurso administrativo, os pontos correspondentes ficarão suspensos até o seu julgamento e, sendo mantida a penalidade, serão computados, observado o prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da aplicação da penalidade.

11.5. A **CONTRATADA** está sujeita as seguinte penalidades pecuniárias:

11.5.1. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o máximo de 10 (dez) dias.

11.5.2. No caso de atraso por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, a rescisão contratual, por responsabilidade da **CONTRATADA**, aplicando-se pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

11.5.3. Multa por inexecução parcial do contrato: 20 % (vinte por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo máximo de 03(três) anos.

11.5.4. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2 % DO VALOR MENSAL DO CONTRATO
2	0,4 % DO VALOR MENSAL DO CONTRATO

WELLINGTON
SAVIO DA
SILVA: 38298

Assinado de forma digital
por WELLINGTON SAVIO
DA SILVA: 38298
Dados: 2025.05.23

3	0,8 % DO VALOR MENSAL DO CONTRATO
4	1,6 % DO VALOR MENSAL DO CONTRATO
5	3,2 % DO VALOR MENSAL DO CONTRATO
6	4,0 % DO VALOR MENSAL DO CONTRATO

TABELA 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	PERMITIR A PRESENÇA DE COLABORADOR NÃO UNIFORMIZADO OU COM UNIFORME MANCHADO, SUJO, MAI APRESENTADO E/OU SEM CRACHÁ.	1	POR EMPREGADO E POR OCORRÊNCIA
2	MANTER COLABORADOR SEM QUALIFICAÇÃO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	1	POR EMPREGADO E POR DIA
3	EXECUTAR SERVIÇO INCOMPLETO, PALIATIVO, PROVISÓRIO COMO POR CARÁTER PERMANENTE, OU DEIXAR DE PROVIDENCIAR RECOMPOSIÇÃO COMPLEMENTAR.	2	POR OCORRÊNCIA
4	FORNECER INFORMAÇÃO FALSA S DE SERVIÇO OU SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAL LICITADO POR OUTRO DE QUALIDADE INFERIOR.	2	POR OCORRÊNCIA
5	SUSPENDER OU INTERROMPER, SALVO POR MOTIVO DE FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO, OS SERVIÇOS CONTRATUAIS.	6	POR DIA E POR TAREFA DESIGNADA
6	DESTRUIR OU DANIFICAR DOCUMENTOS POR CULPA OU DOLO DE SEUS AGENTES.	3	POR OCORRÊNCIA
7	UTILIZAR AS DEPENDÊNCIAS DA CONTRATANTE PARA FINS DIVERSOS DO OBJETO DO CONTRATO.	5	POR OCORRÊNCIA
8	RECUSAR-SE A EXECUTAR SERVIÇO DETERMINADO PELA FISCALIZAÇÃO, SEM MOTIVO JUSTIFICADO.	5	POR OCORRÊNCIA
9	PERMITIR SITUAÇÃO QUE CRIE A POSSIBILIDADE DE CAUSAR OU QUE CAUSE DANO FÍSICO, LESÃO CORPORAL OU CONSEQUÊNCIAS LETAIS.	6	POR OCORRÊNCIA
10	RETIRAR DAS DEPENDÊNCIAS DA CONTRATANTE QUAISQUER EQUIPAMENTOS OU MATERIAIS, PREVISTOS EM CONTATO, SEM AUTORIZAÇÃO PRÉVIA OU RESPONSÁVEL.	1	POR ITEM E POR OCORRÊNCIA
11	RETIRAR COLABORADOR OU ENCARREGADOS DO SERVIÇO DURANTE O EXPEDIENTE, SEM A ANUÊNCIA DA CONTRATANTE.	4	POR EMPREGADO E POR DIA

Para os itens a seguir, deixar de:

WELLINGTON
SAVIO DA
SILVA: 238

Assinado de forma digital por WELLINGTON SAVIO DA SILVA 238298
Dados: 2025.05.23

ITEM	DESCRIÇÃO	GRUPO	INCIDÊNCIA
12	REGISTRAR E CONTROLAR, DIARIAMENTE, A ASSIDUIDADE E A PONTUALIDADE DE SEUS COLABORADORES . (QUANDO APLICÁVEL)	1	POR EMPREGADO E POR DIA
13	SUBSTITUIR COLABORADOR QUE TENHA CONDUTA INCONVENIENTE OU INCOMPATÍVEL COM SUAS ATRIBUIÇÕES.	2	POR EMPREGADO E POR DIA
14	MANTER A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ATUALIZADA.	1	POR ITEM E POR OCORRÊNCIA
15	CUMPRIR HORÁRIO ESTABELECIDO PELO CONTRATO OU DETERMINADO PELA FISCALIZAÇÃO.	1	POR OCORRÊNCIA
16	CUMPRIR DETERMINAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO PARA CONTROLE DE ACESSO DE SEUS COLABORADORES	1	POR OCORRÊNCIA
17	CUMPRIR DETERMINAÇÃO FORMAL OU INSTRUÇÃO COMPLEMENTAR DA FISCALIZAÇÃO	2	POR OCORRÊNCIA
18	EFETUAR A REPOSIÇÃO DE COLABORADORES FALTOSOS. (QUANDO APLICÁVEL)	2	POR OCORRÊNCIA
19	EFETUAR O PAGAMENTOS DE SALÁRIOS , VALE-TRANSPORTE, VALE-REFEIÇÃO, SEGUROS, ENCARGOS FISCAIS E SOCIAIS, BEM COMO ARCAR COM QUAQUER DESPESAS DIRETAS E/OU INDIRETAS RELACIONADAS À EXECUÇÃO DO CONTRATO NAS DATAS AVENÇADAS.	6	POR MÊS
20	EFETUAR OS RECOLHIMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E FGTS.	6	POR MÊS
21	ENTREGAR O UNIFORME AOS COLABORADORES NA PERIODICIDADE DEFINIDA NO EDITAL E SEUS ANEXOS. (QUANDO APLICÁVEL)	1	POR EMPREGADO E POR DIA
22	MANTER SEDE, FILIAL OU ESCRITÓRIO DE ATENDIMENTO NA CIDADE LOCAL DE PRESTÇÃO DOS SERVIÇOS.	1	POR OCORRÊNCIA E POR DIA
23	APRESENTAR, QUANDO SOLICITADO, DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA, PREVIDENCIARIA E OUTROS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS DEMAIS ENCARGOS TRABALHISTAS.	2	POR OCORRÊNCIA E POR DIA
24	CREDITAR OS SALÁRIOS NAS CONTAS BANCÁRIAS DOS COLABORADORES, EM AGÊNCIAS LOCALIZADAS NA CIDADE LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OU EM OUTRO DEFINIDO PELA ADMINISTRAÇÃO.	1	POR OCORRÊNCIA E POR DIA
25	ENTREGAR OU ENTREGAR COM ATRASO OU INCOMPLETA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NA CLÁUSULA REFERENTE ÀS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.	1	POR OCORRÊNCIA E POR DIA
26	APRESENTAR NOTAS FISCAIS DISCRIMINANDO PREÇO E QUANTIDADE DE TODOS OS MATERIAIS UTILIZADOS MENSALMENTE, INDICANDO MARCA, QUANTIDADE TOTAL E QUANTIDADE UNITÁRIA (VOLUME, PESO, ETC.)	4	POR OCORRÊNCIA
27	ENTREGAR OU ENTREGAR COM ATRASO OS ESCLARECIMENTOS FORMAIS SOLICITADOS PARA SANAR AS INCONSISTÊNCIAS OU DÚVIDAS SUSCITADAS DURANTE A ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA POR FORÇA DO CONTRATO.	2	POR OCORRÊNCIA E POR DIA
28	MANTER EM ESTOQUE EQUIPAMENTOS DISCRIMINADOS, PARA USO DIÁRIO (QUANDO APLICÁVEL).	2	POR ITEM E POR DIA
29	FORNECER EPIs (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL) AOS SEUS COLABORADORES E DE IMPOR PENALIDADES ÀQUELES QUE SE	2	POR EMPREGA

	NEGAREM A USÁ-LOS.		DO E POR OCORRÊNCIA
30	CUMPRIR QUAISQUER DOS ITENS DO CONTRATO E SEUS ANEXOS NÃO PREVISTOS NESTA TABELA DE MUTAS.	1	POR ITEM E POR CORRÊNCIA
31	CUMPRIR QUAISQUER DOS ITENS DO CONTRATO E SEUS ANEXOS NÃO PREVISTOS NESTA TABELA DE MULTAS, APÓS REINCIDÊNCIA FORMALMENTE NOTIFICADA PELA UNIDADE FISCALIZADORA.	2	POR DIA
32	SUBSTITUIR OS EQUIPAMENTOS QUE APRESENTAREM DEFEITOS E/OU APRESENTAREM RENDIMENTO INSATISFATÓRIO EM ATÉ 48HS, CONTADAS DA COMUNICAÇÃO DA CONTRATANTE.	2	POR DIA
33	PROVIDENCIAR A MANUTENÇÃO PARA SOLUÇÃO DE PROBLEMA QUE ACARRETE SUSPENSÃO DE DISPONIBILIDADE OU DE OPERACIONALIDADE DO SISTEMA PREDIAL.	4	POR OCORRÊNCIA
34	CUMPRIR O PROGRAMA PERIÓDICO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DETERMINADA EM CONTRATO.	3	POR ITEM E POR OCORRÊNCIA

11.6. A **CONTRATANTE**, por conveniência e oportunidade, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), em advertência, uma única vez a cada 6 (seis) meses, a contar da data da conversão da aplicação da penalidade, mantendo-se o cômputo de pontos.

11.7. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à **CONTRATADA**.

11.8. Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.

11.9. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

11.10. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.

11.11. No ato do oferecimento de recurso deverá ser recolhido o preço público devido, nos termos do que dispõe o artigo 17 do Decreto nº 51.714/2010.

11.12. Todas as cláusulas de **SEÇÕES** dispostas no Termo de Referência - **ANEXO I** do Edital, deverão ser consideradas.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

12.2. Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:

CONTRATANTE: smedrejtcontratos@sme.prefeitura.sp.gov.br

CONTRATADA: segoviasseguranca@gmail.com;

12.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas

WELLINGTON
SAVIO DA
SILVA: 23829

Assinado de forma digital
por WELLINGTON SAVIO
DA SILVA: 38298
Dados: 2025.05.23

federais e/ou municipais que as autorizem.

12.4. Fica a **CONTRATADA** ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

12.5. A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.

12.6. A **CONTRATADA** deverá comunicar a **CONTRATANTE** toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.7. Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus **Anexos** e a Proposta da **CONTRATADA**.

13. GARANTIA

13.1. A formalização do ajuste se dará com a assinatura do contrato, recebimento da nota de empenho pela adjudicatária do objeto da licitação, e entrega do comprovante de garantia, que poderá se dar por qualquer meio devidamente comprovado.

13.2. A empresa deverá prestar garantia para contratar, antes da lavratura do termo contratual, no valor de 5% (cinco inteiros por cento) do valor total do contrato, que será prestada mediante depósito no Tesouro Municipal, com memorando a ser retirado na unidade **CONTRATANTE** para este fim.

13.2.1. A garantia será prestada nas modalidades previstas no artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2.2. Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a **CONTRATADA** será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.

13.2.3. O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação da penalidade.

13.2.4. A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM, e/ou de multas aplicadas à empresa contratada.

13.2.5. A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da **CONTRATADA**, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM.

13.2.6. A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no item 13.2.1.

14. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ANTICORRUPÇÃO

14.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

WELLINGTON
SAVIO DA
SILVA: 238298

Assinado de forma digital
por WELLINGTON SAVIO
DA SILVA: 238298
Dados: 2025.05.23 15:37:24

15. DO FORO

15.1. Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

São Paulo, 23 de maio de 2025.

Contratante



Suélen Moutinho Sapucahy Lins

RF: 737.834.3/1 RG: ■.763.66■

Diretor Regional de Educação

DRE JT / SME

Contratada:

WELLINGTON SAVIO

DA SILVA: ■238298■

Assinado de forma digital por
WELLINGTON SAVIO DA

SILVA: ■238298■

Dados: 2025.05.23 15:37:57 -03'00'

SEGOVIA SEGURANÇA PRIVADA LTDA

Representante Legal

Wellington Savio Da Silva

CPF: ■238.298-■ RG: ■.360.74■

TESTEMUNHAS:

1



Débora Amaral Gomes da Silva

RF 660.441.2

2



Rodrigo Aparecida Theodoro dea Silva Seravalli

RF 724884-9

